

Cavan Rocbra  
Indústria e  
Comércio de  
Pré Moldados e  
Concreto S/A

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da  
Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Dependência Econômica**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve o fato de a totalidade das vendas serem destinadas à Vale S.A, com base no 2º Aditivo do contrato de fornecimento de dormentes. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



### **Principais assuntos de auditoria**

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.585	12.055	Empréstimos e financiamentos	11	10.079	76
Clientes	5	8.734	11.894	Debêntures	12	4.304	17.388
Estoques	6	964	1.172	Fornecedores	13	5.114	3.621
Ativo fiscal corrente	7	4.017	4.497	Salários, férias e encargos sociais		1.261	1.371
Outras contas a receber	8	808	528	Contribuições e impostos a recolher		1.932	2.128
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		2.526	1.403
		<u>28.108</u>	<u>30.146</u>	Adiantamento de clientes	14	9.210	10.313
				Dividendos	15.d	2.070	1.003
						<u>36.496</u>	<u>37.303</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Mutuo com empresas ligadas	9	121.370	81.465	Debêntures	12	13.057	7.236
Depósitos judiciais		6	6	Fornecedores	13	396	-
Imobilizado	10	23.312	25.828	Adiantamento de clientes	14	-	9.394
Intangível		143	256			<u>13.453</u>	<u>16.630</u>
		<u>144.831</u>	<u>107.555</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	15	17.157	11.329
				Reservas de capital	15	54.459	42.495
				Reserva de lucro	15	51.374	29.944
						<u>122.990</u>	<u>83.768</u>
Total do ativo		<u>172.939</u>	<u>137.701</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>172.939</u>	<u>137.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	16	103.364	96.060
Custo das vendas e serviços	17	<u>(51.297)</u>	<u>(43.700)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>52.067</u></b>	<b><u>52.360</u></b>
Despesas Administrativas e gerais	18	(9.691)	(9.702)
Depreciação		(359)	(275)
Outras receitas operacionais	19	593	604
Outras despesas operacionais	19	-	(56)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>42.610</u></b>	<b><u>42.931</u></b>
Receitas financeiras líquidas	20	6.782	6.340
Despesas financeiras líquidas	20	<u>(3.131)</u>	<u>(6.147)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>46.261</u></b>	<b><u>43.124</u></b>
Provisão Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(11.733)	(10.614)
Redução de IRPJ - de incentivo fiscal	21	<u>5.761</u>	<u>5.828</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>40.289</u></u></b>	<b><u><u>38.338</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

## Demonstração do resultado abrangente

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	40.289	38.338
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>40.289</u></u>	<u><u>38.338</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Retenção de Lucros			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>7.382</b>	<b>29.170</b>	<b>1.265</b>	<b>15.497</b>	-	<b>53.314</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.338	38.338	
Destinação do lucro:							
Transferência para reserva de capital	-	17.272	-	-	(17.272)	-	
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.001	-	(1.001)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.003)	(1.003)	
Capitalização de Reservas	3.947	(3.947)	-	-	-	-	
Dividendos Complementares	-	-	-	(6.881)	-	(6.881)	
Retenção de lucros	-	-	-	19.062	(19.062)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>11.329</b>	<b>42.495</b>	<b>2.266</b>	<b>27.678</b>	-	<b>83.768</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.289	40.289	
Destinação do lucro:							
Transferência para reserva de capital	-	17.793	-	-	(17.793)	-	
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.166	-	(1.166)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.067)	(1.067)	
Capitalização de Reservas	5.828	(5.828)	-	-	-	-	
Retenção de lucros	-	-	-	20.263	(20.263)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.157</b>	<b>54.460</b>	<b>3.432</b>	<b>47.941</b>	-	<b>122.990</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	40.289	38.338
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.790	1.963
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	2.851	3.149
Juros sobre mútuo	(5.724)	(4.967)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.972	4.786
	<b>46.178</b>	<b>43.269</b>
<b>(Aumento) Diminuição de Ativos</b>		
Clientes	(7.337)	(13.696)
Estoques	208	(268)
Ativo fiscal corrente	480	573
Outras contas a receber e depósito judicial	(280)	(133)
	<b>(6.929)</b>	<b>(13.524)</b>
<b>Aumento (Diminuição) de Passivos</b>		
Fornecedores	1.889	(351)
Salários, férias e encargos sociais	(110)	310
Contribuições e impostos a recolher	(196)	1.204
	<b>1.583</b>	<b>1.163</b>
Juros pagos	(2.735)	(2.627)
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(4.849)	(3.933)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>33.248</b>	<b>24.348</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Adição do ativo Imobilizado	(160)	(1.630)
Adição do ativo Intangível	-	(43)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(160)</b>	<b>(1.673)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e debêntures tomados	13.000	50.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.377)	(48.144)
Pagamentos de dividendos e JCP	-	(1.500)
Mútuo - Concedidos	(64.626)	(22.878)
Mútuo - Recebidos	30.445	7.955
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(31.558)</b>	<b>(14.567)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.530</b>	<b>8.108</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.055	3.947
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.585	12.055
	<b>1.530</b>	<b>8.108</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (“Companhia”) foi constituída em 20 de agosto de 2010 na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com objeto social dentre as atividades principais a industrialização e comercialização de pré-moldados de concreto, especialmente dormentes, bem como outros produtos de pré-moldados de concreto.

Em 15 de setembro de 2010 foi celebrado contrato de fornecimento de dormentes e outros produtos pré-moldados com a empresa Vale S.A. Este contrato junto à Vale foi estimado em um montante de faturamento de R\$ 151.450. Este contrato tinha vigência de sete anos da sua data de assinatura (15 de setembro de 2010) extinguindo-se em 31 de dezembro de 2016 ou até o cumprimento de todas as obrigações, que estão voltadas para produção e disponibilização dos dormentes de acordo com as especificações técnicas definidas em contrato. A Companhia iniciou suas operações comerciais (faturamento) em 17 de julho de 2011.

Em 13 de dezembro de 2013, foi firmado com a Vale S.A. o 2º Aditivo de fornecimento dormentes, passando a ser estimado o contrato no valor de R\$ 723 milhões com término contratual em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 8.388 e R\$ 7.157, respectivamente, decorrente principalmente da captação de empréstimo para capital de giro e debêntures. Mesmo com a previsão de geração de um EBITDA positivo no exercício de 2018 a Companhia possui carta formalizada entre a companhia e seus acionistas sobre eventual necessidade de aportes de recursos financeiros para equalizar essa situação. Em 31 de dezembro de 2017 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

Veja na nota explicativa 24 que a Companhia quitou no dia 08 março de 2018 o montante R\$ 10.000 referente a Empréstimos e financiamentos que a companhia detinha em 31 de dezembro de 2017 com recursos de recebimento de mútuo do seu acionista Cime Administração e Participação S.A. que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2017 na rubrica Mútuo com empresas ligadas no ativo não circulante.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2018.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional da Companhia é o real.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluída na seguinte nota explicativa:

### **Nota 10 - Vida útil do imobilizado**

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

## **3 Sumário das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### **a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

### **b. Instrumentos financeiros**

#### ***Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

## **A Companhia possui os seguintes ativos financeiros**

### ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento diário os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

### ***Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**c. Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

***Custos subsequêntes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

***Depreciação***

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Prédio e edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	2 a 5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Ferramentas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**e. Redução ao valor recuperável**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

**f. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

**g. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

**h. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**j. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**k. Receita operacional**

***Venda de mercadorias (Dormentes)***

A receita operacional de venda de mercadorias (Dormentes) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais



significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

**l. Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**m. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuo e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuo, empréstimos e financiamentos.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base fiscal) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com início no ano calendário de 2012 e término em 2021.

Durante a vigência do benefício à Companhia deverá:

- Cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987);
- Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes líquido do incentivo fiscal e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**o. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**p. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto da Companhia estabelece que, no mínimo, 5% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

**q. Novas normas, alterações e interpretações de norma**

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto o IFRS 16 - CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

***IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)***

***(i) Classificação - Ativos financeiros***

A nova norma determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia avaliou que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto na contabilização.

***(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros***

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. A Companhia não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PECLD (Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa), bem como na rubrica de Clientes.

***(iii) Contabilidade de hedge***

A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactarão a Companhia devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)**

Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes que enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes e as obrigações de desempenho atreladas, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.

**IFRS 16 - CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil**

A nova norma IFRS 16 substitui o IAS 17 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas, interpretações e/ou alterações de normas que a Companhia espera que possam gerar impacto relevante decorrente da aplicação em suas demonstrações financeiras.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa	16	16
Bancos	307	28
Aplicações financeiras	13.262	12.011
	13.585	12.055

Os saldos de caixa e equivalente de caixa referem-se a caixa em poder da Companhia e depósitos bancários, que estão centralizados em conta movimento no Banco Itaú e Banco do Brasil.

As aplicações financeiras foram classificadas como mantidas para negociação e referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDI, com remuneração equivalente a 20% da taxa média do CDI de um dia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multa, ou seja, possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5 Clientes

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Clientes - Comerciais	8.734	11.894
	8.734	11.894

A Companhia não possui títulos em atraso e esses títulos são integralmente do cliente Vale S.A., por esse motivo não há necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos.

## 6 Estoques

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Estoque de produtos acabados	199	636
Estoque de matéria-prima	765	536
	964	1.172

## 7 Ativo fiscal corrente

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
ICMS a recuperar	114	86
IPI a recuperar	265	625
ISS a recuperar	56	56
COFINS a recuperar	1.609	1.233
PIS a recuperar	239	267
IRPJ a compensar	58	1.267
IRRF sobre partes relacionadas	1.456	913
IRRF sobre aplicações financeiras	208	38
Outros impostos a compensar	12	12
	4.017	4.497

## 8 Outras contas a receber

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Notas de créditos a receber	17	69
Adiantamento a fornecedores	587	230
Despesas antecipadas	28	80
Depósitos cauções	20	20
Outras contas a receber	31	31
Créditos com funcionários	125	98
	808	528

## 9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são relativos a operações com partes relacionadas que decorrem de operações de mútuo e garantias de avença - caução da Companhia com sua controladora ou outras partes relacionadas, que estão assim apresentadas:

	<b>Ativo</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Operações de mútuo</b>		
Cime Administração e Participações S.A.	22.626	29.217
Cavan Pré Moldado S.A.	98.744	52.248
	<b>121.370</b>	<b>81.465</b>

	<b>Resultado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Receita financeira</b>		
Juros sobre mútuos	5.724	4.967

### a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuos firmados entre a Companhia e as partes relacionadas possuem prazo indeterminado. Os contratos firmados entre a Companhia e a CIME Administração e Participações S.A. e a Cavan Pré Moldado S.A. possuem remuneração de 6% a.a.

A movimentação do mútuo no período pode ser assim apresentada:

	<b>Saldo 31/12/2016</b>	<b>Mútuo Cedido</b>	<b>IRRF</b>	<b>Juros</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo 31/12/2017</b>
CIME Administração e Participações S.A	29.217	22.421	(2.240)	1.433	(28.205)	22.626
Cavan Pré Moldado S.A	52.248	42.205	-	4.291	-	98.744
	<b>81.465</b>	<b>64.626</b>	<b>(2.240)</b>	<b>5.724</b>	<b>(28.205)</b>	<b>121.370</b>

### b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Honorários de diretoria</b>	(2.382)	(2.067)

## 10 Imobilizado

### Composição dos ativos imobilizados

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Prédios e edifícios	20.171	(4.334)	15.837	16.380
Maquinas equipamento e instalações industriais	15.263	(8.393)	6.870	8.231
Veículos	460	(390)	70	114
Móveis e utensílios	170	(79)	91	100
Computadores e periféricos	247	(154)	93	83
Equipamentos de comunicação	131	(69)	62	80
Ferramentas	41	(28)	13	21
Benfeitoria em bens de terceiros	722	(446)	276	481
Construções em andamento	-	-	-	338
	<b>37.205</b>	<b>(13.893)</b>	<b>23.312</b>	<b>25.828</b>

### Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Prédios e edifícios	19.915	-	256	-	20.171
Maquinas equipamentos e instalações industriais	15.077	38	149	-	15.264
Veículos	460	-	-	-	460
Móveis e utensílios	162	10	-	(2)	170
Computadores e periféricos	205	42	-	-	247
Equipamentos de comunicação	128	3	-	-	131
Ferramentas	41	-	-	-	41
Benfeitoria em bens de terceiros	722	-	-	-	722
Construções em andamento	338	67	(405)	-	-
	<b>37.048</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>37.206</b>

### Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Trasferência	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Prédios e edifícios	(3.535)	(799)	-	-	(4.334)
Maquinas e equipamentos e instalações industriais	(6.846)	(1.547)	-	-	(8.393)
Veículos	(346)	(44)	-	-	(390)
Móveis e utensílios	(62)	(17)	-	-	(79)
Computadores e periféricos	(122)	(32)	-	-	(154)
Equipamentos de comunicação	(48)	(21)	-	-	(69)
Ferramentas	(20)	(8)	-	-	(28)
Benfeitoria em bens de terceiros	(241)	(206)	-	-	(447)
<b>Total de Depreciação</b>	<b>(11.220)</b>	<b>(2.674)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.894)</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>25.828</b>	<b>(2.514)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>23.312</b>

## 11 Empréstimos e financiamentos

	Data do contrato	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/2017	31/12/2016
I - Em moeda nacional						
<b>a - Arrendamento mercantil financeiro</b>						
<i>Leasing</i>						
Banco do Brasil	29/04/2011	17/11/2017	n/a	16,9% á 18,8% a.a	-	58
Banco Itaú	27/09/2011	24/03/2017	n/a	14,9% a.a	-	18
<b>b - Empréstimos bancários</b>						
<i>Cédula de Crédito Bancário</i>						
Banco BBM	06/12/2017	06/02/2018	Spread 5% a.a.	100% do CDI	10.079	-
					<b>10.079</b>	<b>76</b>
Circulante					10.079	76
Não circulante					-	-

Os empréstimos e financiamento relacionados acima não possuem cláusulas restritivas possam ter seu vencimento antecipado.

A movimentação dos empréstimos no período de 2017 pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2016	Captação	Juros Incorridos	(Amortização) /Apropriação	Saldo 31/12/2017
Leasing	76		4	(80)	-
Empréstimos bancários	-	13.000	120	(3.041)	10.079
	<b>76</b>	<b>13.000</b>	<b>124</b>	<b>(3.121)</b>	<b>10.079</b>

## 12 Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures - Banco BBM	17.361	24.624
	<b>17.361</b>	<b>24.624</b>
Circulante	4.304	17.388
Não circulante	13.057	7.236

Em 20 de maio de 2016 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia fidejussória, série única, sem opção de repactuação para distribuição pública com esforços restritos no valor original de R\$ 35.000. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as debêntures estão compostas por:

<b>Debêntures</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Valor original - Banco BBM	17.486	24.783
Juros	-	159
Comissão de colocação das debêntures	(125)	(318)
	<hr/>	<hr/>
	<u>17.361</u>	<u>24.624</u>

A movimentação das debêntures no período de 2017 pode ser assim apresentada:

	<b>Saldo 31/12/2016</b>	<b>Juros Incorridos</b>	<b>(Amortização) /Apropriação</b>	<b>Saldo 31/12/2017</b>
Valor original - Banco BBM	24.783	-	(7.297)	17.486
Juros	159	2.534	(2.693)	-
Comissão de colocação das debêntures	(318)	-	193	(125)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>24.624</u>	<u>2.534</u>	<u>(9.797)</u>	<u>17.361</u>

<b>Não circulante</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Total</b>
Banco BBM	9.704	4.478	14.182

A Escritura foi firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 02 de maio de 2016, na qual foi deliberada as condições da emissão (“AGE da Emissora”), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

As debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Valor total da emissão é de R\$ 35 milhões, na data da emissão;
- Emissão de 35 debêntures, com valor unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o total de R\$ 35 milhões;
- As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas, e não conversíveis em ações de emissão da Emissora;
- As debêntures são da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações e conta com garantia fidejussória.



- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou da decorrência de um evento antecipado, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 24 parcelas, sendo as 23 primeiras correspondentes, cada uma, a 4,17% e a última parcela equivalente ao saldo do valor nominal unitário.
- O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. As debêntures farão jus a uma remuneração correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 4,0% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa;

Em 19 de junho de 2017 foi firmado o segundo aditamento com base na Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures, na qual foi deliberada alterações de vencimento e amortização das debêntures. As principais alterações do segundo aditamento das debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Prorrogação da data de vencimento das debêntures de 10 de maio de 2018 para 20 de junho de 2020.
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou da decorrência de um evento antecipado, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 36 parcelas, sendo as 12 primeiras correspondentes, cada uma, a 4,17% do valor nominal unitário, as 23 subsequentes correspondentes, cada uma, a 2,085% do valor nominal unitário e a última parcela equivalente ao saldo do valor nominal unitário.

As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por fiança prestados pela Cavan Pré-Moldados (controladora) e Guarupart Participações Ltda.

Os recursos captados por meio da oferta fazem parte do planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dívidas de curto prazo, com alongamento da dívida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia.

Como cláusulas de *covenants* o contrato prevê se a Companhia sofrer alienação ou perda de ativos em montante superior a 10% do Ativo total ou perda de parte do patrimônio em montante superior a 10%, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Demonstrações Contábeis, poderá resultar em vencimento antecipado:

(a) **Cálculo da variação do Ativo total**

	31/12/2017	31/12/2016	Variação (R\$)	Variação (%)
Ativo total	172.939	137.701	35.238	26%

(b) **Cálculo da variação do Patrimônio Líquido**

	31/12/2017	31/12/2016	Variação (R\$)	Variação (%)
Patrimônio Líquido	122.990	83.768	39.222	47%

**13 Fornecedores**

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores Nacionais	3.483	2.937
Fornecedores Estrangeiros	245	107
Outras contas a pagar	1.781	576
	<u>5.510</u>	<u>3.621</u>
Circulante	5.114	3.621
Não circulante	396	-

Estão registrados nesta rubrica os saldos em aberto com fornecedores de prestação de serviços e matéria prima.

**14 Adiantamento de clientes**

O contrato de venda de mercadorias firmado entre a Vale S.A. e a Companhia previa que fosse adiantado pela Vale S.A. o montante de R\$ 30.290, equivalente a 20% do valor total do contrato firmado entre as partes, que foi efetuado em dezembro de 2010.

Em 13 de dezembro de 2013 foi assinado o 2º aditivo contratual onde foi liberado o adiantamento no montante de R\$ 33.500, pagos em 13 de dezembro de 2013 e 17 de março de 2014.

O adiantamento de clientes será amortizado linearmente com base no volume de faturamento e com base no prazo de término de contrato, previsto para 31 de dezembro de 2018. Está sendo realizado a retenção de 9,79% do valor faturado para abatimento do saldo de adiantamento de clientes.

**15 Patrimônio líquido**

**a. Capital**

O capital social em 31 de Dezembro de 2017, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20 de dezembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 5.828 originados da Reserva de Incentivos Fiscais, totalizando o capital social no valor de R\$ 17.157 representado por 10.000 ações assim distribuídas:

	<b>Quantidade de ações</b>
Cavan Pré Moldado S.A.	8.000
Rocbra Participações e Empreendimentos Ltda.	2.000
	<b>10.000</b>

**b. Reserva de lucros**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

***Reserva de retenção de lucros***

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas. O saldo da conta de reserva de lucros ficará disponível para deliberação da assembleia.

**c. Reserva de capital**

***Reserva de incentivos fiscais***

A Companhia requereu à SUDAM utilização do benefício da redução por reinvestimento de 75% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata o artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais Administrados pela SUDAM.

Em novembro de 2011, a Companhia passou a usufruir os benefícios fiscais previstos na Lei nº 9.129/10 que permite a utilização de 75% do ICMS próprio no momento da apuração.

**d. Dividendos**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro Líquido do Exercício	40.289	38.338
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do ICMS)	(12.032)	(11.445)
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do IRPJ)	(5.761)	(5.828)
Reserva Legal	(1.166)	(1.001)
Lucro Líquido Ajustado	21.330	20.064
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>1.067</b>	<b>1.003</b>

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

## 16 Receita

Conforme pode ser observado no contexto operacional, a fonte da receita de vendas da Companhia está concentrada exclusivamente com o cliente Vale S.A., através de contrato firmado entre as partes com vencimento previsto em contrato para 2021.

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita operacional bruta</b>		
Venda de produtos	112.732	106.089
Serviços Prestados	-	120
<b>Deduções</b>		
PIS	(166)	(465)
COFINS	(764)	(2.108)
ICMS	(20.253)	(19.014)
ISS	-	(6)
(+) Incentivo Fiscal ICMS	12.031	11.444
Vendas Canceladas	(216)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>103.364</u></b>	<b><u>96.060</u></b>

## 17 Custos das vendas

	31/12/2017	31/12/2016
Gastos gerais de fabricação	(11.740)	(11.439)
Custo de mão-de-obra	(9.628)	(6.890)
Consumo de matéria prima	(27.506)	(23.183)
Depreciação	(2.423)	(2.188)
	<u>(51.297)</u>	<u>(43.700)</u>

## 18 Administrativas e gerais

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas com pessoal</b>		
Salários e ordenados	(2.182)	(1.806)
Encargos sociais	(956)	(1.316)
Benefícios	(570)	(527)
	<u>(3.708)</u>	<u>(3.649)</u>
<b>Despesas administrativas</b>		
Serviço de terceiros	(1.347)	(1.250)
Despesas com viagem e transporte	(343)	(395)
Despesas impostos e taxas	(325)	(979)
Despesas prediais	(703)	(487)
Despesas c/aluguel de veículos e combustível	(66)	(85)
Outras despesas	(586)	(514)
	<u>(3.370)</u>	<u>(3.683)</u>
<b>Despesas comerciais e institucionais</b>		
Despesas institucionais	-	(281)
Despesas comerciais	(231)	(22)
	<u>(231)</u>	<u>(303)</u>
<b>Honorários de diretoria</b>	<u>(2.382)</u>	<u>(2.067)</u>
<b>Total despesas administrativas e gerais</b>	<b><u>(9.691)</u></b>	<b><u>(9.702)</u></b>

## 19 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Ressarcimento de despesas	504	-
Outras receitas	4	4
Receitas de aluguel	85	600
	85	600
<b>Outras despesas operacionais</b>		
PIS sobre outras receitas	-	(10)
COFINS sobre outras receitas	-	(46)
	-	(46)
<b>Total de outras receitas e despesas operacionais</b>	593	548

## 20 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita financeira</b>		
Juros sobre mútuo	5.724	4.967
Descontos obtidos	9	28
Receita aplicação financeira	1.013	532
Variação monetária	36	813
	36	813
	6.782	6.340
<b>Despesa financeiras</b>		
Juros sobre empréstimo bancário	(120)	(2.077)
Juros sobre debêntures	(2.534)	(2.825)
Despesas bancárias	(15)	(22)
Despesas fianças bancárias	(34)	(758)
Comissão com colocação das debêntures	(193)	(282)
Juros de leasing	(4)	(23)
Juros de finame	-	(13)
Juros e mora pagos	(35)	(13)
IOF sobre operações financeiras	(140)	(125)
Outros	(56)	(9)
	(56)	(9)
	(3.131)	(6.147)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	3.651	193

## 21 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	46.261	43.124
<b>I - Valor base IRPJ e CSLL</b>	15.705	14.638
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	11.103	10.350
Alíquota adicional 10% IRPJ com redução de R\$ 240	4.602	4.288
<b>II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas</b>		
<b>Adições permanentes</b>		
Doações	3	-
Gratificação a dirigentes	147	163
Depreciação de Leasing	57	84
Apropriação da Comissão de coloc. das debêntures	66	96
Outros	-	4
<b>Exclusões permanentes</b>		
Incentivo fiscal - ICMS	(4.091)	(3.896)
Incentivo fiscal - IRPJ	(5.761)	(5.828)
Incentivo fiscal - PAT	(127)	(160)
Comissão de colocação das debêntures	-	(204)
Pagamentos de leasing	(27)	(72)
Outros	-	(39)
<b>III - Taxa efetiva</b>		
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	5.972	4.786
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.733	10.614
Redução de imposto de renda - Incentivo fiscal	(5.761)	(5.828)
<b>IRPJ e CSLL ajustado (I+II)</b>	5.972	4.786
<b>Alíquota efetiva</b>	13%	11%

## 22 Instrumentos financeiros

### 22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### 22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos e financiamentos, Debêntures, dividendos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)

1º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site ([www.pentagonotruster.com.br](http://www.pentagonotruster.com.br)), é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de dezembro de 2017.

### **22.3 Hierarquia do valor justo**

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

**Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

**Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como Nível II os saldos de equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures.

### **22.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

#### **22.4.1 Risco de crédito**

##### *a. Clientes*

Devido a Companhia ter como único cliente a Vale S.A, a Companhia entende que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte em um instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado basicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido formalizados em condições específicas e em montantes significativos, mantidas pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operações poderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

##### *b. Aplicações financeiras*

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido. A exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de dívida classificados como mantidos até o vencimento em aplicações domésticas. Os recursos financeiros aplicados no mercado financeiro são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que possuam liquidez no mercado.

#### 22.4.2 **Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Fluxo de caixa		
	contratual	1 - 12 meses	Acima de 1 ano
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>			
Fornecedores	5.510	5.114	396
Empréstimos e financiamentos			
Debêntures			
Adiantamento de clientes	9.210	9.210	-
Total	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>

#### 22.4.3 **Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

#### 22.4.4 **Risco de taxas de juros**

A atualização dos contratos de financiamento, empréstimos e debêntures estão vinculados a variação do CDI.

#### 22.4.5 **Risco de preço dos produtos vendidos e dos insumos adquiridos**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos vendidos pela Companhia e dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

#### **Análise de sensibilidade**

Instrumentos financeiros não derivativos, estão expostos a variações no valor justo como resultado da flutuação da taxa de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

**(i) Seleção de riscos**

A Companhia identificou apenas um risco de mercado que mais fortemente afetam o valor dos seus instrumentos financeiros: Taxa de juros (CDI).

**(ii) Seleção de cenários**

Para cada um dos quatro riscos acima mencionados, foram considerados três cenários de valorização (desvalorização). O primeiro cenário usa uma taxa de base, que é a taxa de mercado na data do balanço, extraída com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017. Além deste cenário, o CPC 39 - “Instrumentos Financeiros - Apresentação”, requer a apresentação de cenários de riscos possível e remota de deterioração.

Os possíveis cenários remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, da variável de risco relevante em relação à taxa base.



### A análise de sensibilidade de variações nos encargos sobre dívida dos empréstimos e debêntures

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2017	Desvalorização		Provável	Valorização	
				Remoto (-50%)	Possível (-25%)		Possível (+25%)	Remoto (-50%)
Empréstimos	CDI +	5,00%	10.079	3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
Debêntures	CDI +	4,00%	17.361	861	1.040	1.218	1.397	1.575
				1.304	1.608	1.913	2.218	2.523

### A análise de sensibilidade de variações nos rendimentos de aplicações financeiras

	Indexador	Posição em 31/12/2017	Desvalorização		Provável	Valorização	
			Remoto (-50%)	Possível (-25%)		Possível (+25%)	Remoto (-50%)
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI +	13.262	3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
			448	671	895	1.119	1.343

### Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia são de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

## 23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição.

## **24 Eventos subsequentes**

Em 06 de fevereiro de 2018 a Companhia realizou o pagamento do empréstimo do Banco BBM, citados na nota explicativa 11.b, com a captação de um novo empréstimo com o Banco Itaú no valor de R\$ 10.000, remunerados a 100% CDI e *spread* de 2,54% ao ano e vencidos em 08 de março de 2018 que foi quitado com o recebimento de mútuo da Cime Administração e Participação S.A. no valor de R\$ 10.100.

\* \* \*

Guilherme Martins de Godoy Pereira  
Diretor

Pedro Massucato  
Diretor

Anderson Silva Lira  
Contador CRC-1SP219971/O-5